

Os efeitos da adoção do deemed cost: uma análise em uma empresa do setor de embalagens metálicas

Alessandra Carvalho de Vasconcelos (UFC) - alegallon@terra.com.br

Lilian Castelo Campos (UFC) - liliancastelo.ufc@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano (UFC) - cintcvm@hotmail.com

Felipe Lima Viana (UFC) - felipe_leao21@hotmail.com

Vera Maria Rodrigues Ponte (UFC) - vponte@fortalnet.com.br

Resumo:

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade para o padrão internacional, em 2008, possibilitou o uso do deemed cost para revisão dos valores do Ativo Imobilizado quando da adoção inicial das IFRS. Alguns estudos assinalam que a utilização desse critério de mensuração impacta no Resultado, no Patrimônio Líquido e no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). No intuito de complementar pesquisas empíricas anteriores, o presente estudo tem por objetivo geral investigar os impactos da adoção do deemed cost em uma companhia de embalagens metálicas, com ênfase nos reflexos sobre os indicadores financeiros e os custos administrativos. Adicionalmente, procurou-se conhecer as percepções da área financeira acerca desses impactos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e utiliza a abordagem qualitativa dos dados. Realizou-se estudo de caso em empresa cearense do setor de embalagens metálicas. Da mesma forma, a coleta de dados foi realizada a partir de questionário, demonstrativos contábeis, relatório de análise de risco e relatórios do centro de custos. Os achados demonstraram impactos nos indicadores ROE, ROI e Payback, corroborando resultados de pesquisas anteriores. Observaram-se também indicativos de aumento de custos e alterações nos processos administrativos da empresa, como consequência da aplicação do deemed cost.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado. Deemed cost. IFRS.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

Os efeitos da adoção do *deemed cost*: uma análise em uma empresa do setor de embalagens metálicas

Resumo

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade para o padrão internacional, em 2008, possibilitou o uso do *deemed cost* para revisão dos valores do Ativo Imobilizado quando da adoção inicial das IFRS. Alguns estudos assinalam que a utilização desse critério de mensuração impacta no Resultado, no Patrimônio Líquido e no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). No intuito de complementar pesquisas empíricas anteriores, o presente estudo tem por objetivo geral investigar os impactos da adoção do *deemed cost* em uma companhia de embalagens metálicas, com ênfase nos reflexos sobre os indicadores financeiros e os custos administrativos. Adicionalmente, procurou-se conhecer as percepções da área financeira acerca desses impactos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e utiliza a abordagem qualitativa dos dados. Realizou-se estudo de caso em empresa cearense do setor de embalagens metálicas. Da mesma forma, a coleta de dados foi realizada a partir de questionário, demonstrativos contábeis, relatório de análise de risco e relatórios do centro de custos. Os achados demonstraram impactos nos indicadores ROE, ROI e *Payback*, corroborando resultados de pesquisas anteriores. Observaram-se também indicativos de aumento de custos e alterações nos processos administrativos da empresa, como consequência da aplicação do *deemed cost*.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado. *Deemed cost*. IFRS.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que instituiu o Pronunciamento Técnico CPC 27, os ativos imobilizados são itens tangíveis, mantidos para uso na produção ou no fornecimento de bens e serviços, para fins administrativos ou para aluguel a terceiros. Esses itens tangíveis, via de regra, são registrados pelo valor original, ficando sujeitos a depreciação e ao teste de *impairment*.

Contudo, em função do processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que buscam melhor *disclosure* e aumento da qualidade da informação contábil, as empresas puderam optar por proceder a ajustes nos saldos iniciais do Imobilizado, mediante utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), instituído por meio da Interpretação técnica ICPC 10 (CPC, 2009a). Assim, as empresas tiveram a opção de reavaliar seus ativos, a valor justo, na data de transição para as IFRS.

Iudícibus et al (2010) alertam que o *deemed cost* deve ser adotado para atender ao objetivo de gerar informação contábil a um custo não superior a seu benefício. Os autores comentam também que apesar de o *deemed cost* ser opcional, toda entidade deveria adotá-lo sempre que viesse a detectar em seu Ativo Imobilizado itens capazes de proporcionar a geração de fluxos de caixa futuros e reconhecidos no balanço por valor consideravelmente inferior ao seu valor justo.

Alguns estudos empíricos, como os de Tsalavoutas e Evans (2010), Almeida et al (2011), Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011) e Acuña et al (2012), diagnosticaram a

ocorrência de impactos do uso do *deemed cost* no Resultado, no Patrimônio Líquido, no Lucro Líquido e no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Supõe-se, no entanto, que além dos efeitos nos indicadores econômico-financeiros, evidenciados nessas quatro pesquisas, a adoção do custo atribuído nos itens do Ativo Imobilizado também impactou nos processos das organizações, com significativos aumentos nos custos administrativos.

No sentido de complementar estudos anteriores, a presente pesquisa procurou responder à seguinte questão: Quais os impactos da adoção do *deemed cost* nos indicadores financeiros e custos administrativos das companhias? Assim, o estudo tem o objetivo geral de investigar os impactos da adoção do *deemed cost* nas companhias, com ênfase nos reflexos sobre os indicadores financeiros e os custos administrativos. Adicionalmente, procurou-se conhecer as percepções da área financeira acerca desses impactos.

A pesquisa tem caráter qualitativo, sendo realizada mediante estudo de caso em uma empresa do setor de embalagens metálicas, localizada no Ceará. A coleta de dados se deu mediante aplicação de um questionário e análise de demonstrações financeiras e relatórios de centros de custos da empresa. A empresa objeto desta investigação possui um parque industrial antigo, totalmente depreciado, mas ainda detém um valor de mercado relevante, devido a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros; ou seja, trata-se de ambiente propício para adoção do *deemed cost*.

2 Referencial Teórico

2.1 Qualidade da informação contábil e o processo de convergência para o padrão IFRS

Os relatórios contábil-financeiros têm por objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como sobre os efeitos de transações e outros eventos que alterem seus recursos econômicos e que sejam úteis aos usuários em suas avaliações e decisões econômicas (CPC, 2011). Nesse contexto, e diante da importância da informação contábil, destaca-se a necessidade de ela possuir características qualitativas que garantam sua utilidade e propiciem ao investidor e demais usuários condições para avaliar riscos e concretizar negócios (FARIAS, 2012). Assim, para se garantir a qualidade da informação contábil, faz-se necessário que ela possua características como relevância, confiabilidade, comparabilidade e inteligibilidade. Além disso, os seus benefícios devem ser superiores aos custos correspondentes (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). Acrescente-se ainda que a utilidade da informação contábil está ligada ao fato de ela possuir uma representação fidedigna, além de ser verificável, tempestiva e compreensível (CPC, 2011).

Contudo, Farias (2012) alerta que a existência de práticas contábeis diferentes afeta a qualidade da informação contábil e reduz a confiança dos investidores. Nesse sentido, teve início o processo de harmonização das práticas contábeis em âmbito internacional, em que diversos órgãos emitiram pronunciamentos com o intuito de facilitar a convergência das normas e práticas contábeis nos diversos países. Dentre esses organismos, destaca-se o *International Accounting Standards Board* (Iasb), que assumiu os assuntos técnicos sob a responsabilidade do *International Accounting Standards Committee* (Iasc), incluindo a preparação e emissão das normas internacionais de contabilidade. Nesse contexto, o Iasb emitiu um conjunto de normas contábeis internacionais – as já citadas IFRS.

Ikuno et al (2012) comentam que o processo de harmonização pode ser entendido como uma aproximação entre as normas internacionais e as práticas contábeis dos países. Os autores ressaltam também que a harmonização é diferente da padronização, já que esta significa a adoção de um grupo de normas-padrão válidas para todos os países, não admitindo adaptações conforme as peculiaridades de cada um.

Dada a importância do tema, uma pesquisa desenvolvida por Teodoro et al (2011) analisou a produção científica no período de 2000 a 2010 acerca do processo de convergência para os procedimentos internacionais, assim como outros estudos correlatos. Os resultados do estudo revelaram que a maior quantidade de artigos concentrou-se no triênio 2006-2008, durante o qual o processo de convergência ganhou destaque no Brasil e nos demais países.

Pôde-se observar então que a produção científica relacionada ao processo de harmonização com as normas internacionais está ligada à atestação do nível de adequação das normas internacionais e aos impactos e barreiras encontrados nas diversas nações.

Ikuno et al (2012) analisaram as abordagens acadêmicas acerca dos relatórios financeiros, publicadas nos principais periódicos internacionais no período de 2000 a 2009. Verificaram que dentre os temas pesquisados, destacava-se aquele relacionado às diferenças internacionais e suas implicações nos demonstrativos financeiros. Da mesma forma que na pesquisa de Teodoro et al (2011), os achados de Ikuno et al (2012) indicaram uma maior concentração de artigos sobre o tema no biênio 2006-2007.

O estudo de Farias (2012) constatou ter sido parcialmente confirmada a hipótese de que os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados apresentam diferenças significativas quando calculados pelo padrão contábil brasileiro e pelas IFRS.

Macias e Muiño (2011) analisaram a adoção das IFRS na Europa, encontrando maior qualidade da informação contábil nas empresas de países que adotaram integralmente as normas internacionais, em comparação com aqueles que as adotaram apenas parcialmente.

Na mesma perspectiva, Gonçalves et al (2012) estudaram as companhias com as ações mais negociadas na BM&FBovespa, constatando que o processo de convergência produziu impacto positivo estatisticamente significativo na relevância das informações contábeis no Brasil, ou seja, que as informações contábeis em IFRS são mais relevantes que aquelas evidenciadas segundo o padrão brasileiro. Nota-se, portanto, que a adoção das normas internacionais de contabilidade influencia a qualidade da informação contábil.

2.2 Ativo Imobilizado e o *deemed cost*

No processo de convergência das normas contábeis brasileiras para o padrão IFRS, adotou-se como marco a Lei nº 11.638/2007, que introduziu grandes inovações em termos de definição dos elementos do Ativo e do Passivo e suas mensurações. A citada lei define Ativo Imobilizado como o conjunto dos direitos que tenham por componentes bens corpóreos, destinados à manutenção da organização ou então exercidos com essa finalidade. Incluem-se nessa definição os bens corpóreos decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controles desses bens (BRASIL, 2007).

O Pronunciamento técnico CPC 27 (CPC, 2009b) conceitua Ativo Imobilizado como um tangível que se espera utilizar por mais de um ano, sendo mantido para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, aluguel ou fins administrativos. A entidade deve reconhecer o custo de um Ativo Imobilizado quando esse custo puder ser mensurado de forma confiável e quando for provável o fluxo de benefícios econômicos futuros (CPC 27, 2009b).

A Interpretação técnica ICPC 10 comenta que em função da aderência ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, houve a opção de se proceder a ajustes nos saldos iniciais do Imobilizado, mediante utilização do conceito de custo atribuído, ou *deemed cost* (CPC, 2009a). Para efeito deste estudo, utilizar-se-á apenas o termo *deemed cost*, como sinônimo de custo atribuído, que, segundo o CPC 27 (2009b) é o montante utilizado como substituto do custo em determinada data.

O Conselho de Padrões Contábeis (*Accounting Standards Board* – ASB), da África do Sul, emitiu um direcionamento sobre a aplicação do *deemed cost* na adoção do padrão de práticas contábeis geralmente aceitas. Segundo esse direcionamento, o *deemed cost* consiste

em um valor substituto ou no valor justo de um ativo em sua aquisição inicial, sendo determinado pelo seu valor justo na data de adoção das práticas contábeis (ASB, 2009).

No Brasil, Iudícibus et al (2010) comentam que, no caso da adoção das novas regras contábeis, as propriedades para investimento também podiam ajustar ao valor justo aplicado no exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2010. Ressalte-se que essa prática não é considerada uma reavaliação, mas sim um ajuste dos saldos iniciais. Os efeitos desse ajuste nos itens do Ativo Imobilizado deveriam ser contabilizados como contrapartida na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, pertencente ao Patrimônio Líquido. Da mesma forma, dependendo do regime de tributação da entidade, os impostos diferidos deveriam ser reconhecidos (IUDÍCIBUS et al, 2010).

Além dos ajustes nos itens do Imobilizado, fazia-se necessário também verificar a depreciação acumulada na data da adoção, a vida útil remanescente e a consideração com relação ao valor residual de cada ativo. Iudícibus et al (2010) argumentam que além de uma oportunidade, era uma obrigação moral das empresas ajustar os ativos imobilizados e as propriedades para investimentos aos seus valores justos, dando-lhes vida nova com taxas de depreciação mais representativas da realidade econômica.

Por essa ótica, destaque-se a importância da utilização do *deemed cost* para ajustar os saldos iniciais eventualmente subavaliados ou superavaliados. Iudícibus et al (2010) advertem que para esse ajuste, a entidade deveria detectar quais itens do Imobilizado ainda em operação eram capazes de proporcionar fluxos de caixa futuros e que vinham sendo reconhecidos no balanço por valor consideravelmente superior ou inferior ao seu valor justo. Acrescente-se ainda que o impacto gerado pela adoção do *deemed cost* no Resultado deveria ser demonstrado nas notas explicativas. Além disso, as empresas deveriam divulgar a política de dividendos adotada durante a realização de toda a diferença gerada pelo novo valor.

Com o intuito de evidenciar os efeitos das normas internacionais de contabilidade nas organizações, alguns estudiosos analisaram, além da adoção de outros instrumentos, a utilização do *deemed cost* e seus impactos nos indicadores econômico-financeiros das empresas (TSALAVOUTAS; EVANS, 2010; ALMEIDA et al, 2011; BARCELLOS; SILVA; COSTA JÚNIOR, 2011; ACUÑA et al, 2012).

Em pesquisa junto a 138 companhias abertas gregas, Tsalavoutas e Evans (2010) analisaram o impacto da transição para o padrão IFRS nas demonstrações, com foco no Lucro Líquido, no Patrimônio Líquido, na alavancagem e na liquidez. Os resultados revelaram que a adoção das IFRS produziu impactos positivos no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido e efeitos negativos na alavancagem e na liquidez. Mais especificamente em relação ao *deemed cost*, o estudo demonstrou que a maioria das empresas gregas fez os ajustes do Imobilizado para seu valor justo. Essa medida, juntamente com a norma IAS 10, foram os principais impulsionadores para o impacto positivo sobre o Patrimônio Líquido, compensando o efeito negativo da adoção de outras normas na data de transição.

Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011) analisaram os impactos do processo de convergência contábil nas companhias abertas do setor de siderurgia e metalurgia sobre o Patrimônio Líquido, o Resultado Líquido e o ROE. Os resultados do estudo demonstram que a adoção do valor justo dos ativos imobilizados como custo atribuído, tendo como contrapartida a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, do Patrimônio Líquido, foi uma das principais causas dos acréscimos de transição para as variáveis Patrimônio Líquido 2008 e Patrimônio Líquido 2009, com destaque para esta última, uma vez que a maioria das empresas adotou 1º de janeiro de 2009 como data-base para adoção inicial do *deemed cost*. A aplicação do *deemed cost* também mostrou-se uma das causas para o decréscimo nas variáveis Lucro Líquido 2009 e ROE 2009. Além desse, outros fatores foram apontados como causadores da diminuição nesses indicadores: a constituição de provisões em obediência ao CPC 25; a reclassificação de ativos biológicos e o reconhecimento pelo valor justo, conforme CPC 29; e

ajustes da adoção do CPC 19 – Participação de Empreendimento Controlado em Conjunto.

Em análise qualitativa em cinco companhias abertas que extraem e processam recursos naturais, Almeida et al (2011) verificaram a existência de significativas diferenças entre o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido apurados durante o período de transição para as IFRS. Corroborando o estudo de Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011), observaram um aumento no Patrimônio Líquido e uma redução no Lucro Líquido, decorrentes, principalmente, de mudanças no Imobilizado – onde o *deemed cost* foi adotado – e no Ativo biológico.

Acuña et al (2012) desenvolveram um estudo procurando verificar como as companhias que compõem o índice IBrX-100 foram impactadas pelas transições de normas divulgadas em 2008 (“primeiro ciclo”) e 2010 (“segundo ciclo”). A pesquisa analisou o impacto sobre os elementos relacionados ao potencial de distribuição de dividendos: Patrimônio Líquido e Resultado Líquido. Concluiu-se que no primeiro ciclo os ajustes afetaram diretamente o Resultado do Exercício, sem efeitos significativos no Patrimônio Líquido, enquanto no segundo ciclo os ajustes impactaram diretamente no Patrimônio Líquido, sem efeitos relevantes no Resultado do Exercício. Analisando-se especificamente o setor de energia elétrica, observaram-se variações positivas no Patrimônio Líquido, principalmente em função de oscilações oriundas do *deemed cost*. Os autores complementaram, ainda, afirmando que a realização futura desse reconhecimento tenderá a reduzir o Resultado, em decorrência do aumento da despesa de depreciação.

Observa-se que os estudos anteriores analisaram o impacto da adoção do *deemed cost* em relação aos indicadores econômico-financeiros. Nesta pesquisa, além desses indicadores, analisa-se o impacto no risco, nos custos e nos processos da empresa objeto de estudo.

3 Metodologia

A investigação do problema deste estudo – impactos da adoção do *deemed cost* nas companhias, com ênfase nos seus reflexos sobre os indicadores financeiros e custos administrativos – foi caracterizada como pesquisa exploratória, já que circunda uma área em que há pouco conhecimento sistematizado. Destaque-se ainda que o estudo tem natureza qualitativa, já que não emprega instrumental estatístico no processo de análise do problema.

A pesquisa constitui um estudo de caso, já que os autores procuram analisar, com profundidade, um objeto específico – uma empresa cearense do setor de embalagens metálicas. A escolha se justifica pelo fato de referida empresa operar um parque industrial antigo, totalmente depreciado, mas que ainda detém um valor de mercado relevante, sendo, portanto, o ambiente propício para adoção do *deemed cost*. Da mesma forma, cabe informar que a empresa disponibilizou as informações necessárias para a realização da pesquisa. Yin (2001, p. 21) afirma que o estudo de caso “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

Visando à triangulação dos dados, a coleta envolveu duas fontes de evidências: dados primários, por meio de questionário, e fontes secundárias, demonstrativos contábeis, relatório de análise de risco e os relatórios de centro de custos. Flick (2004) comenta que a triangulação dos dados visa enriquecer e completar ainda mais o conhecimento do método individual.

Os dados primários foram coletados através de questionário (Quadro 1) com sete perguntas abertas aplicadas ao diretor administrativo-financeiro da empresa, em agosto/2012.

Instrumento de pesquisa
1. Em sua opinião, quais foram os principais processos alterados pela implantação do <i>deemed cost</i> ?
2. Relacione as principais dificuldades enfrentadas na implantação do <i>deemed cost</i>
3. Em sua opinião, quais foram os efeitos positivos da implantação do <i>deemed cost</i> ?
4. Em sua opinião, quais foram os efeitos negativos da implantação do <i>deemed cost</i> ?

5. Em termos econômicos, quais foram os ganhos provenientes da implantação do <i>deemed cost</i> ?
6. Em termos econômicos, quais foram os gastos provenientes da implantação do <i>deemed cost</i> ?
7. Em sua opinião, qual a importância de se ter as demonstrações contábeis refletindo uma posição patrimonial mais próxima da realidade?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 1 – Instrumento de pesquisa

Com o intuito de obter informações adicionais sobre os reflexos do *deemed cost* nos indicadores financeiros e custos administrativos da empresa, utilizou-se também a coleta de dados secundários. Esta foi realizada através da análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Foram percorridas as seguintes etapas descritas por Bardin (2011): (i) a pré-análise, na qual foram selecionados os demonstrativos contábeis e os relatórios de centro de custos dos anos de 2008, 2009 e 2010, bem como o relatório de risco ano-base 2010; (ii) a exploração do material, em que foram analisados os documentos selecionados; e (iii) o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Nesta última etapa, os resultados brutos foram trabalhados, interpretados e comparados com os de outros estudos que abordaram o tema. O Quadro 2 apresenta os indicadores financeiros utilizados na pesquisa para a análise dos impactos da adoção do *deemed cost* nos indicadores financeiros da empresa.

Índice	Fórmula de cálculo	Descrição
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Capital de Terceiros}}$	Indica quanto a empresa possui de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total
Solvência Geral	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Mede a capacidade da empresa para pagar suas dívidas de curto e longo prazo, utilizando todo o Ativo
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Indica o poder de ganho dos proprietários
Retorno sobre o Investimento Total (ROI)	$\text{Margem Líquida} \times \text{Giro do Ativo Total}$	Expressa o retorno sobre o investimento total
<i>Payback</i>	$100\% / \text{ROI}$	Indica quanto tempo a empresa demora para obter de volta seu investimento
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Indica a parcela do lucro final embutida no valor de venda
Margem Bruta	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Lucro Bruto}}$	Indica a parcela do Lucro Bruto embutida no valor de venda
Índice de Endividamento (IE)	$\frac{\text{Passivo Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Retrata o posicionamento da empresa com relação aos capitais de terceiros
Índice de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Passivo Exigível Total}}{\text{Passivo Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$	Expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais Significa também qual a porcentagem do Ativo Total financiada com recursos de terceiros
Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Retrata a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada, ou que não está em giro

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2010) e Matarazzo (2010).

Quadro 2 – Indicadores financeiros utilizados na pesquisa

Ressalte-se que a escolha recaiu sobre os indicadores financeiros apresentados no Quadro 2 porque alguns estudos empíricos, como os de Acuña et al (2012), Almeida et al (2011), Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011) e Tsalavoutas e Evans (2010), verificaram a ocorrência de impactos do uso do *deemed cost* nesses indicadores. Além dos indicadores financeiros, o relatório de análise de risco da empresa, emitido em 2011, com base nas demonstrações financeiras de 2010, foi averiguado por meio da Tabela 1, que exhibe os valores de referência do indicador utilizado para determinar o risco da empresa pesquisada.

Tabela 1 – Valores de referência do indicador de risco da empresa

Patrimônio Líquido	Classificação (USD)		Composição de risco de crédito			
	De	Para	Ótima	Boa	Satisfatória	Limitada
5A	50,000,000	ou mais	1	2	3	4
4A	10,000,000	49,999,999	1	2	3	4
3A	1,500,000	9,999,999	1	2	3	4
2A	750,000	1,499,999	1	2	3	4
1A	375,000	749,999	1	2	3	4
A	188,000	374,999	1	2	3	4
B	94,000	187,999		2	3	4
C	47,000	93,999		2	3	4
D	24,000	46,999		2	3	4
E	12,000	23,999		2	3	4
F	6,000	11,999		2	3	4
G	0	5,999		2	3	4
O	Balanço não disponível			2	3	4
Risco de crédito	Condição	Indicador de Risco	Interpretação			
1	Ótima	Risco Mínimo	Conceder crédito – oferecer termos mais amplos, se necessário			
2	Boa	Risco Baixo	Conceder crédito			

Fonte: Mecesa (2011a).

Para se verificar os impactos do *deemed cost* nos custos administrativos das empresas, foi realizada a análise dos relatórios do centro de custos dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

4 Análise dos resultados

A seção da análise decorrente do estudo de caso na organização foi dividida em três partes. A primeira versa sobre a caracterização da empresa. A segunda parte mostra os impactos da adoção do *deemed cost* nos indicadores financeiros e de risco. A terceira exhibe os impactos da implantação do *deemed cost* nos custos administrativos e a percepção do diretor financeiro acerca dos impactos nos processos da empresa.

4.1 Caracterização da empresa objeto de estudo

A Metalgráfica Cearense S/A (Mecesa) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Fortaleza, estado do Ceará, fundada em junho de 1965. A organização tem como objeto social a produção e comercialização de embalagens metálicas (compreendendo latas litografadas e rolhas metálicas). A outra empresa do grupo é a Mecesa Embalagens, que também é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Pacatuba, estado

do Ceará, e tem como objeto social a produção e comercialização de embalagens plásticas.

A Mecesa possui clientes no Brasil e no exterior. No ano 2010, o grupo faturou aproximadamente R\$ 146 milhões, e tinha cerca de 445 empregados. O faturamento das duas áreas de negócio da empresa é apresentado na Tabela 2, na qual se pode constatar que mais de 80% da operação corresponde a embalagens metálicas.

Tabela 2 – Faturamento da empresa por área de negócio (valores em milhares de reais)

Área de negócio	2010		2009		2008	
	Valor	Proporção (%)	Valor	Proporção (%)	Valor	Proporção (%)
Embalagens metálicas	121.576	83	105.242	85	90.982	85
Embalagens plásticas	24.371	17	18.240	15	16.339	15
Total	145.947	100	123.482	100	107.321	100

Fonte: Mecesa (2010).

O processo produtivo das embalagens metálicas se divide em quatro etapas: corte, envernizamento, litografia e dobra/prensa. A etapa de corte é executada por uma máquina chamada Littel, que faz o beneficiamento de bobinas de flandre. Para o serviço de envernizamento e esmalte litográfico, a empresa dispõe de máquinas da mais avançada tecnologia, com estufa para cura monitorada por computador, além de possuir um laboratório para testes e inspeção de vernizes e esmaltes litográficos. Na fase de litografia são realizadas as impressões nas folhas de flandre. O processo de dobra e prensa é realizado em máquinas que moldam as folhas cortadas na forma desejada (corpo, tampa e fundo).

Complementarmente, destaca-se na Tabela 3 a produção da Mecesa em se tratando das suas duas atividades produtivas: embalagens metálicas e embalagens plásticas.

Tabela 3 – Evolução da produção por área de atuação

Ano	Embalagens metálicas		Embalagens plásticas	
	Produção (t)	Evolução (%)	Produção (t)	Evolução (%)
2008	15.022	-	1.526	-
2009	16.466	10	1.969	29
2010	20.594	25	2.600	32%

Fonte: Mecesa (2011b).

Observa-se que as duas atividades produtivas apresentaram crescimento constante no período analisado, e que, apesar de a atividade de embalagens metálicas ser a mais representativa no faturamento, a produção de embalagens plásticas vem ganhando mercado. Para explicar essa evolução na produção de embalagens plásticas, a direção da companhia elenca alguns fatores principais, a saber: processo produtivo com menor impacto no meio ambiente; migração dos clientes de embalagens metálicas; grande potencial de uso na reciclagem, passando uma imagem de “produto limpo”; qualidade superior do produto, principalmente em resistência e impressão; e menor custo de produção.

4.2 Análise dos indicadores financeiros da empresa

Para a consecução deste tópico, realizou-se uma análise das demonstrações financeiras da empresa do ano-base 2010, que também apresentou as demonstrações comparativas dos exercícios de 2008 e 2009, caracterizando assim o período de análise. Devido à aplicação das normas introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos pronunciamentos do CPC, com destaque

para a adoção do custo atribuído (*deemed cost*) no Imobilizado, foram também analisadas as planilhas de conciliação do setor contábil, bem como os relatórios gerenciais, com vistas à análise comparativa dos indicadores com e sem os efeitos das alterações legais no período.

A Tabela 4 mostra os saldos das contas extraídas das demonstrações (Balancço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) com a transição para as IFRS.

Tabela 4 – Saldos das contas patrimoniais e de resultado da empresa (em milhares de reais)

Balancço Patrimonial	2010	2009	2008
Ativo Total (AT)	120.446	94.061	88.420
Passivo Total (PT)	120.446	94.061	88.420
Disponível (D)	4.768	5.964	7.826
Imobilizado (I)	39.851	39.021	41.256
Passivo Circulante (PC)	54.869	27.864	32.341
Ativo Circulante (AC)	62.253	33.870	27.968
Ativo Operacional (AO)	102.104	72.891	69.224
Estoques (E)	37.822	9.750	5.916
Realizável a Longo Prazo (RLP)	12.377	17.121	18.592
Passivo Não Circulante (PNC)	26.050	31.452	27.584
Patrimônio Líquido (PL)	39.527	34.745	28.495
Ativo Não Circulante (ANC)	58.193	60.191	60.452
Demonstração do Resultado do Exercício	2010	2009	2008
Receita Bruta (RB)	121.576	105.242	90.982
Receita Líquida (RL)	112.790	91.327	130.823
Lucro Bruto (LB)	26.345	22.977	31.847
Lucro Operacional (LO)	17.039	14.803	18.552
Lucro Líquido (LL)	11.694	7.977	14.484
Despesas Operacionais (DO)	9.306	8.174	13.295

Fonte: Adaptado de Mecesa (2010).

Destaca-se a representatividade do Ativo Não Circulante no período analisado, quando comparado ao Ativo Total (68,4% em 2008, 64% em 2009 e 48,3% em 2010). Destaca-se ainda o Imobilizado, uma vez que representa em média 67% do Ativo Não Circulante, no mesmo período. Outro item que merece atenção é a proporção do saldo da conta Estoques em relação ao Ativo Total, que evoluiu de 6,7% em 2008 para 31,4% em 2010.

A Tabela 5 reúne as mesmas contas apresentadas na Tabela 4, porém com ajustes referentes à exclusão dos efeitos da adoção das IFRS no período.

Tabela 5 – Saldos das contas patrimoniais e de resultado da empresa sem os efeitos da adoção das IFRS (em milhares de reais)

Balancço Patrimonial	2010	2009	2008
Ativo Total (AT)	92.901	65.509	58.885
Passivo Total (PT)	92.901	65.509	58.885
Disponível (D)	4.768	5.964	7.826
Imobilizado (I)	13.349	10.991	11.691
Passivo Circulante (PC)	54.869	27.864	32.341
Ativo Circulante (AC)	63.317	35.202	28.636
Ativo Operacional (AO)	76.666	46.193	40.327
Estoques (E)	37.822	9.750	5.916
Realizável a Longo Prazo (RLP)	10.270	18.975	19.260
Passivo Não Circulante (PNC)	14.931	20.334	16.466

Patrimônio Líquido (PL)	23.101	17.311	10.048
Ativo Não Circulante (ANC)	29.584	30.307	30.219
Demonstração do Resultado do Exercício	2010	2009	2008
Receita Bruta (RB)	121.576	105.242	130.823
Receita Líquida (RL)	112.790	91.327	90.982
Lucro Bruto (LB)	27.531	22.977	31.847
Lucro Operacional (LO)	18.566	14.803	18.552
Lucro Líquido (LL)	12.703	7.977	14.484
Despesas Operacionais (DO)	8.965	8.174	13.295

Fonte: Mecesa (2010).

Nas demonstrações ajustadas, observa-se uma diminuição da representatividade do Ativo Não Circulante em relação ao Ativo Total no triênio considerado, caindo de 51,3% em 2008 para 31,8% em 2010. Da mesma forma, nota-se uma significativa redução da proporção do Imobilizado em relação ao Ativo Não Circulante na comparação das duas situações, com e sem os efeitos das mudanças na legislação societária, passando de 67% para 40%.

Comparando-se o Lucro Líquido após a adoção das IFRS (Tabela 4) com o seu saldo sem os efeitos da medida (Tabela 5), percebe-se que nos anos 2008 e 2010 a adoção ocasionou uma redução no Lucro Líquido, corroborando as observações de Almeida et al (2011) e Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011).

Após a análise dos efeitos nas contas patrimoniais e de resultado da empresa, faz-se a comparação dos indicadores financeiros com os efeitos da adoção das IFRS, mais especificamente do ICPC 10 (CPC, 2009a), e sem os seus efeitos. A escolha dos índices se deu pelo fato de serem os mais recorrentes nos estudos sobre análise econômico-financeira de empresas e por absorverem as alterações do Ativo Imobilizado, o que possibilita a verificação dos efeitos da adoção do *deemed cost*.

A Tabela 6 apresenta os indicadores de liquidez e solvência da empresa.

Tabela 6 – Análise das alterações nos indicadores de liquidez e solvência

Indicador	Com efeitos – adoção CPC			Sem efeito – adoção CPC		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Liquidez Geral	1,00	0,93	0,79	1,14	1,13	0,97
Solvência Geral	1,49	1,59	1,48	1,33	1,36	1,21

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6, nota-se que os índices Liquidez Geral e Solvência Geral sofreram alterações relevantes, porém com efeitos contrários. O índice Liquidez Geral sofreu uma redução média de 16%, ocasionando um efeito negativo no indicador, devido ao aumento do Imobilizado. Ressalte-se que o aumento do Ativo Imobilizado se deu pela aplicação do *deemed cost* na empresa. Em contrapartida, verifica-se uma melhora no índice Solvência Geral, afetado positivamente pelo aumento do Imobilizado, o que ocasionou um aumento no Ativo. O indicador de Solvência assinalou um aumento médio de 17%.

A Tabela 7 mostra a análise das alterações nos índices de rentabilidade da empresa.

Tabela 7 – Análise das alterações nos indicadores de rentabilidade

Indicador	Com os efeitos da adoção das IFRS			Sem os efeitos da adoção das IFRS		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
ROE	0,30	0,23	0,51	0,55	0,46	1,44
ROI	0,11	0,11	0,21	0,17	0,17	0,36
Payback	3,38	4,36	1,97	1,82	2,17	0,69

Margem Líquida	0,10	0,09	0,11	0,11	0,09	0,11
Margem Bruta	0,23	0,25	0,24	0,24	0,25	0,24

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que os índices Margem Líquida e Margem Bruta quase não sofreram alteração. Isso ocorreu porque no cálculo desses índices utilizam-se o Lucro Líquido e o Lucro Bruto, respectivamente, que só sofreram o efeito do aumento da Despesa e do Custo com Depreciação devido ao aumento do valor do Imobilizado, que se mostrou inexpressivo diante do resultado total da empresa.

Já os índices ROE, ROI e *Payback* sofreram alterações relevantes. O ROE e o ROI apresentaram reduções em decorrência da adoção das IFRS, o que demonstra uma retração na rentabilidade da empresa. Essa redução no ROE também foi observada em Barcellos, Silva e Costa Júnior (2011). Vale destacar que essa retratação não significa que o resultado econômico das atividades da empresa tenha declinado no período, e sim que a adoção das IFRS, especialmente da ICPC 10 (CPC, 2009a), ocasionou uma redução nos índices. Outro fato que corrobora essa afirmação é que os indicadores de Margem (Líquida e Bruta) quase não sofreram alteração. Já o *Payback* apresentou aumento, revelando a necessidade de mais tempo para que os proprietários da empresa venham a recuperar seu investimento.

Para finalizar a análise dos efeitos da adoção nos indicadores financeiros da empresa, a Tabela 8 mostra as alterações nos indicadores de endividamento.

Tabela 8 – Análise das alterações nos indicadores de endividamento

Indicador	Com os efeitos das IFRS			Sem os efeitos das IFRS		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Índice de Endividamento	205	171	210	302	278	486
Índice de Capital de Terceiros	67	63	68	75	74	83
Imobilização do Patrimônio Líquido	101	112	145	58	63	116

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os índices estudados, pode-se destacar que o Índice de Endividamento e o Índice de Capital de Terceiros sofreram alteração devido à redução da utilização de recursos de terceiros no financiamento das atividades da empresa. Com a adoção do *deemed cost*, nota-se, em relação ao Índice de Endividamento, que para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa tomou R\$ 205,00 de capital de terceiros em 2010. Já sem os efeitos da adoção essa relação subiu para R\$ 302,00 de capital de terceiros. Portanto, com a adoção a empresa sofreu uma redução média de 43% nesse indicador.

Já analisando o capital de terceiros sobre o Ativo Total, verifica-se também uma redução no indicador em decorrência da adoção do *deemed cost*. Observa-se que sem os efeitos da adoção, em 2010, 75% do seu investimento foram financiados com recursos de terceiros. Já desconsiderando-se tal efeito, essa proporção cai para 67%.

Observando-se essas métricas, pode-se afirmar que com a adoção do *deemed cost* a empresa se apresenta menos alavancada financeiramente, fazendo com que ela possa obter novas linhas de crédito, bem como uma redução nas taxas de juros, devido à redução do risco. Adicionalmente, o indicador Imobilização do Patrimônio Líquido tem uma alta expressiva, pois demonstra que grande parte de seu Patrimônio Líquido está alocado no Ativo Não Circulante, elevando-se, assim, o risco de insolvência.

Para se validar a afirmação anterior, utilizou-se o método da triangulação, por meio do qual foi realizada uma análise documental no relatório de análise de risco, pela empresa contratada Dum & Bradstreet (D&B). O relatório indicava que antes da adoção do *deemed cost* a empresa tinha um risco categorizado como 3A4, ou seja, tinha ativos registrados no Balanço Patrimonial com valor abaixo de 10 milhões de dólares e uma composição de risco

limitada, que dentro de sua escala reflete o mais alto risco. Após a adoção do *deemed cost*, seu risco ficou categorizado como 4A2, revelando que a empresa possui ativos registrados no Balanço Patrimonial entre 10 e 50 milhões de dólares e uma composição de risco considerada boa, que dentro de sua escala reflete um baixo fator de risco.

De acordo com a percepção do diretor administrativo-financeiro da empresa, é possível ratificar esses resultados. Segundo ele, os ganhos provenientes da implantação do *deemed cost* na empresa são, essencialmente, “melhoria na estrutura de capital da empresa, melhoria no *rating* de crédito, ampliação das linhas de crédito e redução do custo de captação de recursos de terceiros”.

Do exposto, os resultados apontam para a importância da queda da avaliação do risco da empresa em estudo, haja vista que o risco, conforme Gitman (2004) está ligado à possibilidade de perda financeira; ou seja, os ativos mais arriscados são aqueles que apresentam maior probabilidade de perda financeira.

4.3 Os impactos da implantação do *deemed cost* nos custos administrativos da empresa

De acordo com o diretor administrativo-financeiro da Mecesa, os principais custos diretamente envolvidos na aplicação do *deemed cost* na empresa são: (1) contratação de uma empresa especializada em avaliação patrimonial, bem como no processo de inventário dos bens do Ativo Imobilizado; (2) compra de plaquetas para serem afixadas nos bens imobilizados, as quais seguem uma sequência numérica e também um código de barras, para auxiliar em sua identificação junto ao *software*; (3) contratação de uma consultoria especializada no *software*, para adaptar o sistema às novas rotinas e cálculos patrimoniais, cuja necessidade se deve aos ajustes no sistema em virtude da alteração de taxas de depreciação, vida útil, valor do bem e inclusão e exclusão de itens do Imobilizado; e (4) taxa cobrada pela empresa de auditoria externa para realizar a validação do laudo emitido pela empresa avaliadora. A empresa de auditoria alegou a necessidade de utilização de profissionais especializados para a verificação desse laudo, e que esse procedimento não fora previamente definido no escopo do trabalho de análise das demonstrações financeiras.

A Tabela 9 apresenta a mensuração dos custos diretamente envolvidos na adoção no *deemed cost* extraída dos relatórios de centro de custos da empresa.

Tabela 9 – Mensuração dos custos diretamente envolvidos na adoção do *deemed cost*

Principais custos	Valor (em R\$)
Realização da avaliação patrimonial	25.000,00
Compra de plaquetas	2.500,00
Ajustes no <i>software</i>	9.500,00
Validação do laudo de avaliação patrimonial	8.000,00
Total	45.000,00

Fonte: Adaptado de Mecesa (2011c).

Além dos custos da Tabela 9, identificados como diretamente relacionados à adoção do *deemed cost* na empresa, o seu diretor administrativo-financeiro informa que ainda não foram mensuradas as horas de trabalho dos profissionais da empresa que ficaram à disposição da empresa avaliadora no suporte, assessoria e execução do processo de transição.

Cabe ainda relatar a percepção da área financeira quanto aos processos que foram alterados e aos novos processos instituídos na empresa por ocasião da adoção do *deemed cost*: (1) Controle Patrimonial – Antes da adoção do *deemed cost* não havia na empresa um controle

patrimonial efetivo, tendo sido, por isso, necessário definir um funcionário específico para realizar o controle patrimonial, as manutenções e as inclusões; e (2) Apuração da Depreciação (Contábil e Fiscal) – Foi necessário contratar pessoal especializado para adaptar o sistema (ERP), dada a necessidade de gerar relatórios com os valores da depreciação contábil, ou seja, utilizando as novas taxas de depreciação e os valores da depreciação fiscal, que utiliza as taxas definidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), a fim de apurar o resultado fiscal. Antes o sistema gerava a depreciação com base nas taxas da SRF, que eram utilizadas tanto pela área fiscal como pela contábil.

Além dos impactos da adoção do *deemed cost* nos indicadores financeiros e nos custos, o responsável pela área financeira observou algumas mudanças nos processos da organização. Com base na pesquisa, constatou-se a importância da aplicação do *deemed cost* para a empresa em análise, o que corrobora a afirmação de Iudicibus et al (2010) de que as empresas deveriam optar por sua aplicação – possível apenas e tão-somente no momento da adoção inicial, conforme ICPC 10 (CPC, 2009a) – quando detectassem itens do Imobilizado em operação, capazes de proporcionar fluxos de caixa futuros, uma vez que as empresas tiveram a oportunidade de mensurar o valor do Ativo próximo ao seu valor econômico.

5 Considerações Finais

O objetivo geral do presente estudo consistiu em investigar os impactos da adoção do *deemed cost* nas companhias, com ênfase nos seus reflexos sobre os indicadores financeiros e custos administrativos. Adicionalmente, procurou-se conhecer as percepções da área financeira acerca desses impactos. Para tanto, o estudo foi realizado em uma empresa de grande porte do setor de embalagens metálicas localizada no Ceará.

A partir da análise dos reflexos da adoção das IFRS nos indicadores financeiros da empresa, foi possível constatar algumas alterações relevantes: o índice Liquidez Geral sofreu uma redução média de 16%; o índice Solvência Geral obteve um aumento médio de 17%; o ROE e o ROI sofreram retração, apontando uma diminuição no retorno, por conta do aumento da despesa ou custo com depreciação contabilizada no período; o *Payback* aumentou de valor, indicando a necessidade de mais tempo para recuperar o investimento inicial, sendo isso reflexo da redução do Resultado do período; o índice Endividamento e o índice Capital de Terceiros sofreram redução, indicando uma menor proporção na relação Capital de Terceiros / Ativo Total; o índice Imobilização do Patrimônio Líquido registrou uma alta expressiva, o que demonstra que grande parte do capital próprio da empresa está imobilizada. Cabe ainda destacar que a empresa possuía um alto risco, o que se modificou após a adoção do *deemed cost*, pois seu risco ficou categorizado com 4A2, o que revela um baixo fator de risco.

Esses resultados corroboram a percepção da área financeira da empresa, que identificou diversos pontos positivos oriundos da adoção do *deemed cost*, tais como: melhora no rating de crédito, ampliação das linhas de crédito, redução do custo de captação de recursos e melhoria na estrutura de capitais da empresa. Os relatórios de centro de custos da empresa sinalizam ainda que os custos diretamente envolvidos na adoção do *deemed cost* são considerados baixos se comparados aos benefícios proporcionados pela adoção. Por sua vez, cabe advertir que a adoção do *deemed cost* provocou impacto negativo no resultado econômico da empresa no período, o que demonstra que a análise econômico-financeira do período deve ser realizada através do cruzamento de vários indicadores, bem como com a caracterização do contexto de transição.

Cabe informar ainda que por ocasião da implantação do *deemed cost* alguns processos da empresa foram alterados, enquanto outros foram instituídos. Um deles foi a criação de processos referentes ao controle patrimonial, tanto fisicamente, quanto no ERP, inclusive com a alocação de um funcionário específico para a realização dessa atividade. Outro processo que

merece destaque diz respeito à adaptação do ERP às novas normas contábeis, pois, até então, o sistema estava preparado somente para atender a regras do Fisco, que também atendiam à contabilidade. Após a adoção do *deemed cost*, tornou-se necessário contratar um especialista para implementar esses ajustes no ERP.

Por fim, com base no estudo de caso realizado, foi possível constatar a importância da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) para a empresa do setor de embalagens metálicas pesquisada, o que corrobora a afirmação de Iudicibus et al (2010) de que as empresas deveriam optar por sua aplicação – possível apenas e tão-somente no momento da adoção inicial, conforme ICPC 10 (CPC, 2009a) – quando detectassem itens do Imobilizado em operação, capazes de proporcionar fluxos de caixa futuros.

Referências

ASB – Accounting Standards Board. **Directive 7** – The application of deemed cost on the adoption of standards of GRAP. ASB, 2009.

ACUÑA, B. C. M. et al. Impactos da transição de normas contábeis brasileiras sobre o potencial de distribuição de dividendos das companhias componentes do IBRX-100. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. CD-ROM.

ALMEIDA, S. R. V. et al. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 3, p. 136-156, set./dez. 2011.

BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C.; COSTA JÚNIOR, J. V. Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. In: PRÊMIO CONTADOR GERALDO DE LA ROCQUE, 12., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CRC-RJ, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 7 jul. 2013.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)** – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Interpretação técnica ICPC 10** – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. 2009a. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_10.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 27** – Ativo imobilizado. 2009b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FARIAS, J. B. **Padrões contábeis e qualidade informacional**: investigação nos bancos listados na BM&FBovespa. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GONÇALVES, J. C. et al. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. CD-ROM.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IKUNO, L. M. et al. Contabilidade internacional: uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área – 2000 a 2009. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 142-163, 2012.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____ et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

MACIAS, M.; MUIÑO, F. Examining dual accounting systems in Europe. **The International Journal of Accounting**, v. 46, p. 51-78, 2011.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MECESA – Metalgráfica Cearense S/A. **Demonstrações financeiras da Metalgráfica Cearense S/A**. 2010, 43 p.

_____. **Relatório de risco da Metalgráfica Cearense S/A**. 2011a, 16 p.

_____. **Planilhas do centro de custos da Metalgráfica Cearense S/A**. 2011b.

_____. **Relatório de centro de custos da Metalgráfica Cearense S/A**. 2011c.

TEODORO, J. D. et al. O processo de harmonização às normas internacionais sob a perspectiva da produção científica. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, p. 5-14, set./dez. 2011.

TSALAVOUTAS, I.; EVANS, L. Transition to IFRS in Greece: financial statement effects and auditor size. **Managerial Auditing Journal**, v. 25, n. 8, p. 814-842, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.